

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de governo: **Omar Hassan Ahmed al-Bashir**
Pena de morte: **retencionista**

Os dados do país cobrem o Sudão do Sul e o Sudão:

População:	44,6 milhões
Expectativa de vida:	61,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	108,2 por mil
Taxa de alfabetização:	70,2 por cento

Grandes transformações ocorreram no Sudão, com a independência do Sudão do Sul, a 9 julho, após um referendo que decidiu a sua autodeterminação. No fim do ano, continuavam a decorrer as negociações de acordos pós-independência sobre a divisão do petróleo, demarcações de fronteiras e cidadania. O conflito no Darfur ampliou-se e irrompeu em Abyei, no Cordofão do Sul e no Nilo Azul, acarretando a fuga de centenas de milhares de civis daquelas áreas. O Serviço Nacional de Informações e Segurança (SNISS) e outros órgãos da administração pública continuaram a cometer violações dos direitos humanos de pessoas vistas como críticas do governo, por exercerem os seus direitos à liberdade da expressão, de associação e de reunião.

Antecedentes

Um referendo para decidir sobre a autodeterminação do Sudão do Sul foi realizado a 9 janeiro, conforme estipulado pelo Acordo de Paz Global de 2005, assinado entre o Partido do Congresso Nacional (NPC), no poder, e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), ex-grupo armado de oposição do sul. O resultado da votação mostrou que 98,83 por cento dos cidadãos do Sudão do Sul eram a favor da independência.

Um referendo para determinar se Abyei pertenceria ao Sudão ou ao Sudão do Sul, programado também para 9 de janeiro, foi adiado por tempo indeterminado devido à falta de consenso quanto à elegibilidade de eleitores dos dois principais grupos étnicos: misseryia, grupo semi-nómada do norte, e ngok dinka, grupo étnico do sul.

As consultas populares foram programadas também no Cordofão do Sul e no Nilo Azul, as quais podem vir a determinar um nível de autonomia para ambos os estados dentro do Sudão. Em 17 de maio, Ahmed Mohammed Haroun, candidato do Partido do Congresso Nacional, foi eleito governador do Cordofão do Sul, apesar das denúncias de fraude eleitoral feitas pelo SPLM. Ahmed Haroun era procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade no Darfur. Depois da independência do Sudão do Sul, o SPLM passou a ser conhecido no Sudão como SPLM-Norte (SPLM-N).

Até o fim do ano, nenhum progresso substancial tinha sido alcançado no que toca ao processo de paz no Darfur. A permanente situação de insegurança na região impediu que as partes interessadas no Darfur fossem consultadas.

O mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) terminou a 9 de julho. A 29 de julho, o mandato da missão conjunta das Nações Unidas e da União Africana no Darfur (UNAMID) foi prolongado por mais um ano. A 23 de setembro, na sua 18ª sessão, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou o resultado da Revisão Periódica Universal do Sudão. O mandato do perito independente sobre a situação dos direitos humanos no Sudão foi renovado por mais um ano no Conselho, a 29 de setembro.

A 7 de agosto, o Movimento por Justiça e Igualdade (JEM), a facção Minni Minawi do Exército de Libertação do Sudão (SLA-M), a facção Abdul Wahid do Exército de Libertação do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão Norte (SPLM-N) anunciaram a formação de uma aliança contra o Partido do Congresso Nacional, que governa o país. A 24 de dezembro, Khalil Ibrahim, líder do JEM, foi morto pelas Forças Armadas do Sudão (SAF) durante uma ofensiva no estado do Cordofão do Norte.

Justiça internacional

O governo continuou a não cooperar com o TPI no que diz respeito às ordens de prisão emitidas contra o Presidente al-Bashir em 2009 e em 2010, bem como a respeito dos mandados contra Ahmed Haroun, governador do Cordofão do Sul, e Ali Mohammed Ali Abdelrahman (conhecido como Ali Kushayb), ex-líder da milícia Janjaweed, em 2007. A 2 de dezembro, o procurador chefe do TPI solicitou mais um mandado de prisão contra o ministro da Defesa, Abdelrahim Mohamed Husseinem.

Em janeiro, a União Africana (UA) reafirmou a sua decisão de não cooperar com o TPI no que diz respeito à prisão do Presidente al-Bashir; porém, mesmo com a invocação do artigo 16 do Estatuto de Roma, não obteve apoio suficiente para o seu pedido de que o Conselho de Segurança da ONU adiasse o caso por 12 meses. Em julho, a UA reiterou seu apoio aos países que não tinham prendido o Presidente al-Bashir. Em dezembro, o juiz de instrução do TPI alertou o Conselho de Segurança da ONU e os signatários do Estatuto de Roma para o fato de que o Maláui e o Chade não terem prendido o Presidente al-Bashir.

Conflito armado – Darfur

No decorrer de todo o ano, os abusos dos direitos humanos continuaram a multiplicar-se por todo o Darfur. Forças do governo, como a Polícia Central de Reserva e a Força Popular de Defesa (PDF), e as milícias aliadas ao governo realizaram vários ataques, inclusive bombardeamentos aéreos. Ataques terrestres, dentro e nos arredores de cidades e localidades, também foram realizados por grupos armados da oposição, inclusive em acampamentos para pessoas internamente deslocadas (PDI). Houve mortos e feridos entre civis, além de saques e destruição de propriedades. A 27 de maio, o Coordenador Humanitário da ONU declarou que mais de 70 mil pessoas tinham sido deslocadas desde dezembro de 2010 em virtude dos conflitos.

Entre dezembro de 2010 e junho de 2011, uma luta entre o governo e os grupos armados da oposição irrompeu no Darfur do Norte, incluindo nas áreas entre as cidades de Khor Abeche, Abu Zerega e Tabit. Segundo informações, mais de oito localidades foram destruídas e dezenas de milhares de pessoas fugiram.

O governo restringiu severamente o acesso da UNAMID e das organizações humanitárias, impedindo-as de levar a cabo a monitorização e de prestar serviços essenciais aos cidadãos.

Em fevereiro, o governo suspendeu durante um mês as operações da organização *Catholic Relief Services* no Darfur Ocidental. Ainda em fevereiro, a organização humanitária médica *Médecins du Monde* foi expulsada do Darfur do Sul, alegadamente acusada de “espionagem”. Os funcionários locais e internacionais de organizações humanitárias e da UNAMID foram presos e detidos.

As forças de segurança levaram a cabo operações de cerco e busca em acampamentos para pessoas deslocadas em áreas povoadas por membros do grupo étnico zaghawa, tidos como apoiantes do SLA-M. A 23 de janeiro, as forças do governo tomaram de assalto o acampamento para PDI de Zamzam, onde prenderam mais de 80 pessoas – incluindo três mulheres – e saquearam as casas. Nenhum aviso prévio foi dado à UNAMID, em violação do Acordo sobre o Estatuto da Força, que estipula uma consulta entre o governo e a UNAMID em ações envolvendo acampamentos de deslocados.

Violações e outros abusos sexuais contra mulheres e meninas deslocadas continuaram a ser cometidos por membros das forças do governo e pelas milícias aliadas. A 13 de janeiro, seis meninas e mulheres deslocadas foram violadas perto de Tawilla, Darfur do Norte, por dois supostos membros de milícias aliadas do governo. A 22 de março, polícias armados sequestraram quatro mulheres dentro das suas residências, perto de Shangil Tobaya, violando uma delas e espancando as outras quatro. A 1 de outubro, em incidentes separados, milícias aliadas do governo sequestraram e violaram repetidamente duas meninas, de 12 e 14 anos de idade, na região de Kabkabiya, no Darfur do Norte.

■ Três funcionários da UNAMID foram presos por agentes do NISS. A 27 de abril, o oficial para assuntos civis Idris Yousef Abdelrahman foi preso em Nyala, Darfur do Sul. Foi liberado a 20 de julho, tendo sido retiradas todas as acusações contra ele. A 6 de maio, Hawa Abdallah Mohamed, ativista comunitária e tradutora da UNAMID, foi presa no acampamento para deslocados Abu Shouk, no Darfur do Norte, acusada de "evangelizar" crianças no local e de ter ligações a um grupo armado da oposição. Foi liberada a 13 de julho. A 3 de setembro, um funcionário foi preso em El Fasher, no Darfur do Norte, e liberado sem acusações a 8 de outubro.

Conflito armado – áreas de transição

A 21 de maio, as Forças Armadas do Sudão invadiram a cidade de Abyei. Os ataques por parte das forças armadas e das milícias por elas apoiadas obrigaram toda população da cidade e das localidades vizinhas, mais de 100 mil pessoas, a refugiarem-se no Sudão do Sul. O ataque aconteceu depois de uma série de combates entre as forças armadas e o Exército de Libertação Popular do Sudão (SPLA), entre janeiro e maio. As residências e escritórios das ONG foram saqueados e queimados pela milícia aliada das forças armadas. Durante vários dias, a UNMIS teve acesso negado pelas forças armadas à cidade de Abyei, o que limitou sua ação na proteção da população civil. A 27 de junho, foi estabelecida uma nova Missão de Manutenção da Paz em Abyei (UNISFA), segundo a resolução 1990 do Conselho de Segurança da ONU, na sequência de um acordo entre o NCP e o SPLM, na Etiópia, para desmilitarizar Abyei e permitir que cerca de 4.200 tropas etíopes monitorassem a área. No final do ano, as forças armadas e o SPLA não tinham retirado as suas tropas por completo, e as populações da cidade de Abyei e da maioria das localidades vizinhas permaneciam deslocadas no Sudão do Sul, tendo acesso precário a abrigos,

alimentos e outros serviços básicos. O mandato da UNISFA foi prorrogado a 27 de dezembro.

Um conflito entre as forças armadas e o grupo armado de oposição Movimento Popular de Libertação do Sudão Norte (SPLM-N) eclodiu no Cordofão do Sul, a 5 junho. O governo sudanês realizou bombardeamentos aéreos de forma repetida e indiscriminada, matando e ferindo civis. Um relatório publicado em agosto pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos detalhou os homicídios, a destruição e os saques em massa de propriedades de civis, além de outras denúncias que poderiam corresponder a crimes de guerra e a crimes contra a humanidade.

A 1 de setembro, o conflito alastrou-se para o estado do Nilo Azul. O Presidente al-Bashir declarou estado de emergência, no dia seguinte, substituindo Malik Aggar, governador próximo ao SPLM-N, por um governador militar.

As pessoas deslocadas pelo conflito – mais de 300 mil do Cordofão do Sul e mais de 55 mil do Nilo Azul – foram forçadas a procurar refúgio noutras áreas, entre elas na região oeste da Etiópia, Yida, no estado de Unity do Sudão do Sul, e no estado do Alto Nilo. A 8 e 10 de novembro, as forças armadas bombardearam as regiões do Alto Nilo e Yida.

O governo sudanês negou o acesso a organizações internacionais humanitárias e de direitos humanos no decorrer de todo o ano.

Conflito armado – Sudão do Sul

Prosseguiu a violência intercomunitária no Sudão do Sul. A elevada proliferação de armas de pequeno porte exacerbou os conflitos e os abusos dos direitos humanos contra civis por parte de grupos armados da oposição e de forças do governo.

■ A 9 e 10 de fevereiro, um conflito entre o SPLA e forças leais ao general George Athor Deng, líder de um grupo armado de oposição, irrompeu no condado de Fangak, estado de Juncáli. Pelo menos 154 civis foram mortos e 20 mil pessoas deslocadas. Outros confrontos ocorreram a 12 de março na cidade de Malakal, no Alto Nilo.

■ A 23 de abril, o SPLA e as forças leais ao líder armado de oposição Gabriel Tanginye entraram em confronto na vila de Kaldak, no estado de Juncáli. Com a destruição das suas residências, cerca de 15 mil pessoas foram forçadas a procurar abrigos.

Refugiados e migrantes

Mais de 300 requerentes de asilo e refugiados da Eritreia foram forçados a retornar, a 17 de outubro, apesar de um acordo entre as autoridades sudanesas e o ACNUR, a agência de refugiados da ONU, para que eles tivessem permissão para requerer asilo no Sudão e para que a alguns fosse concedido o estatuto de refugiados.

■ A 25 julho, um requerente de asilo de 23 anos morreu, e outro, de 17, ficou gravemente ferido após saltar de um camião que os levava, à força, de volta para fronteira com a Eritreia.

Liberdade da associação e de reunião

Entre os meses de janeiro e abril, bem como em outubro, milhares de pessoas, em todo o norte do Sudão, protestaram contra o elevado custo de vida e a favor da

democracia. A polícia e o NISS prenderam centenas de ativistas, além de membros e apoiantes do partido de oposição. Alguns foram detidos em regime de incomunicabilidade e submetidos a tortura e outras formas de maus-tratos. Em setembro, o SPLM-N foi banido, os seus escritórios foram fechados e, segundo relatos, mais de 200 de seus membros foram presos.

■ Mais de 70 pessoas foram presas em Cartum, a 30 de janeiro, a fim de que não participassem nos protestos. Segundo informações, Mohamed Abdelrahman sofreu maus tratos sob custódia da polícia, e há denúncias não confirmadas de que morreu no hospital, no dia seguinte. Não foram levadas a cabo investigações.

■ Cerca de cem pessoas foram presas, a 20 de abril, no seguimento dos protestos na universidade do Nyala, no Darfur do Sul. Todas tinham sido libertadas até setembro.

■ A 25 de junho, Bushra Gamar Hussein Rahma, ativista pelos direitos humanos e membro do SPLM-N, foi preso na cidade de Omdurman. Um juiz requereu a sua libertação a 14 de agosto, mas foi imediatamente preso de novo pelo NISS. No final do ano, continuava preso sem acusação nem acesso a advogados.

■ A 2 de setembro, Abdelmoniem Rahama, ativista, poeta e membro do SPLM-N, foi preso na cidade de Ed Damazin. No final do ano, continuava preso sem acusação nem acesso a advogados.

Liberdade da expressão

Os jornais continuaram sujeitos a encerramentos e censura; jornalistas sofreram perseguições e, em alguns casos, foram presos, correndo risco de tortura e outros maus-tratos.

■ A 31 de janeiro, o jornal da oposição *Ajrass al-Hurriya* foi proibido pelo NISS, e os jornais *Al Sahafa* e *Al Midan* tiveram todas ou algumas de suas edições impedidas de circular. Proibições semelhantes foram impostas à imprensa em agosto e setembro. O jornal quinzenal *Juba Post* foi encerrado temporariamente pelos agentes de segurança no Sudão do Sul a 30 de março, após a publicação de um artigo declarando que as forças leais a George Athor, líder de um grupo de oposição armado, atacariam Juba antes de julho. O responsável pela distribuição do jornal foi temporariamente detido, no aeroporto de Juba, a 31 de março.

■ A 9 de julho, o Conselho Nacional de Imprensa e Publicações revogou as licenças de seis jornais, que pertenciam, em parte, a sudaneses do sul.

■ Dez jornalistas enfrentavam acusações relativas a sua atuação no caso Safia Ishag Mohamed, uma mulher que, em janeiro, sofreu abuso sexual por parte de oficiais do NISS. A 5 de julho, Fatima Ghazali foi condenada a um mês de prisão, enquanto seu editor, Saad-al Din Ibrahim, foi multado. A 25 de julho, Amal Habani foi condenada a um mês de prisão.

■ Abuzar Al Ameen, editor adjunto do jornal *Rai al Shaab* foi libertado sob fiança a 22 de agosto. Tinha sido preso por agentes do NISS, a 15 de maio de 2010, e sentenciado a cinco anos de prisão por “comprometer a Constituição” e “publicar notícias falsas”, devido a artigos publicados sobre as eleições parlamentares e presidenciais de abril de 2010, e por denunciar que uma fábrica de armas iraniana estaria a ser construída no Sudão.

Pena de morte

Sentenças de morte continuaram a ser proferidas no sul e norte do Sudão, incluindo contra adolescentes. Pelo menos sete execuções foram levadas a cabo.

Visitas/relatórios da AI

- 📄 Sudan: Southern Kordofan civilians tell of air strike horror (AFR 54/028/2011)
- 📄 Sudan: Activist remains in detention without trial (AFR 54/035/2011)
- 📄 Sudan: Government crackdown on activists and political opponents (AFR 54/036/2011)
- 📄 Sudan: Death sentences upheld (AFR 54/037/2011)
- 📄 Sudan: Poet remains in incommunicado detention (AFR 54/039/2011)
- 📄 Sudan-South Sudan: Destruction and desolation in Abyei (AFR 54/041/2011)